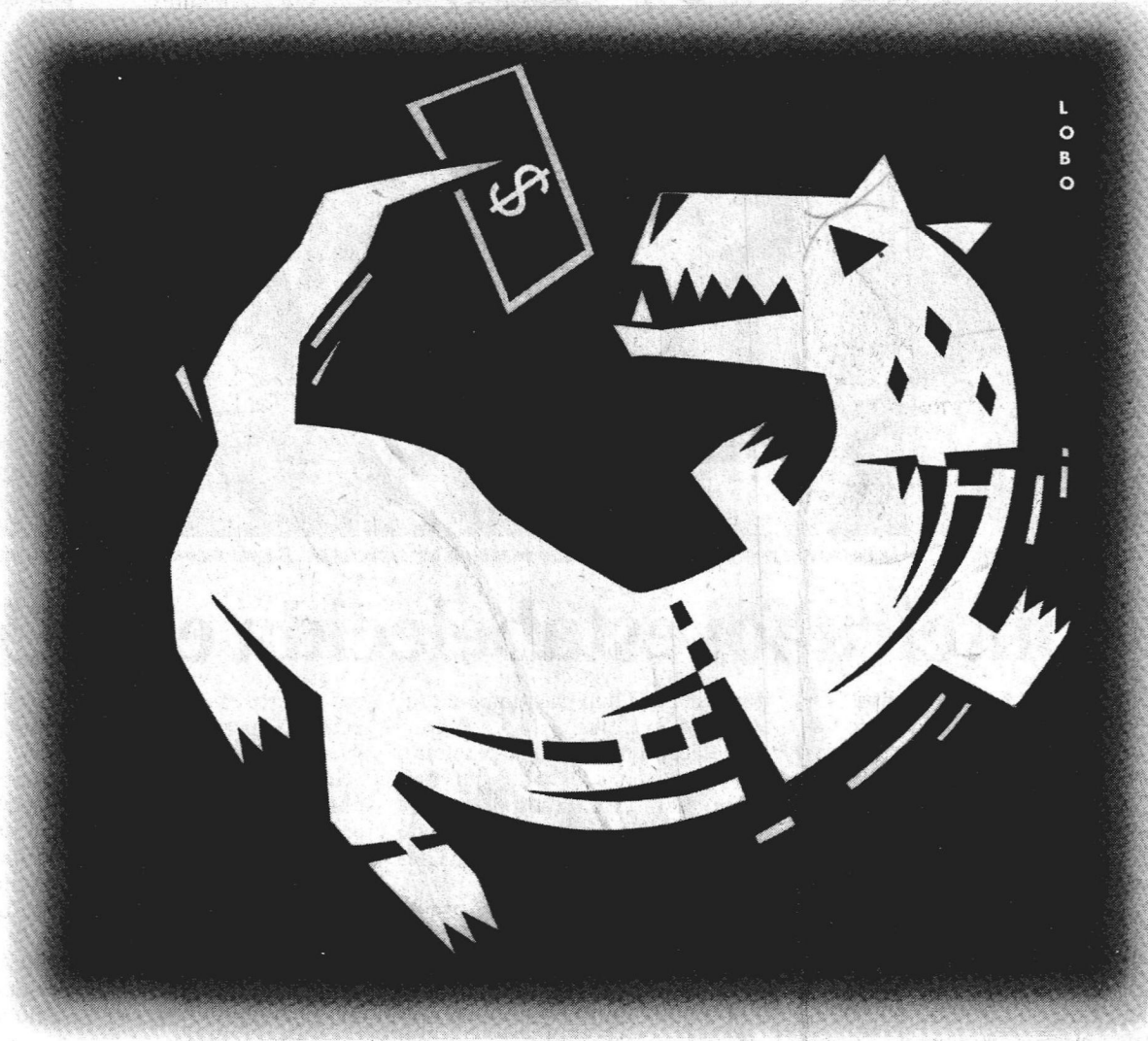


ECONOMIA

DESINDEXAÇÃO

Apesar da pressa, sociedade será ouvida antes da mudança

O ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, garante que o governo não pretende acabar com qualquer indexador da economia até o fim de dezembro próximo. Mas o diretor de Política Monetária do Banco Central, **Alkimar Moura**, admitiu ontem que a equipe econômica está trabalhando em regime de urgência na preparação do pacote de desindexação total. "Temos que definir todas as medidas o mais rápido possível", disse Moura, deixando claro que o rumo da inflação, que ameaça variar para a casa dos 4% ao mês, está ditando o ritmo do governo. Estão previstos o fim da TR, que corrige os depósitos na caderneta de poupança e o saldo devedor da casa própria; da Ufir, que incide sobre os impostos; e do IPC-r, que atualiza os salários. Resta saber se a morte desses indexadores será decretada de forma gradual ou de uma só vez. Com a desindexação, a equipe econômica pretende evitar que os preços voltem a ser reajustados tendo como parâmetro a inflação passada, pois isto significaria a destruição do Plano Real.



O QUE É

Indexação é a correção automática dos preços, contratos ou salários com base em um índice de preços ou taxa de juros tida como referencial de inflação.

Com a inflação ensaiando retornar, a indexação existente poderia acelerar o aumento generalizado de preços. A inflação se alimentaria dela mesma.

Até outubro, o Índice de Preços ao Consumidor - Real (IPC-r), o índice oficial, atingiu 15,67%, percentual que será repassado aos salários.

Se todas as empresas decidirem reajustar seus preços com base no aumento de salários integral, será difícil segurar a inflação.

Se os tributos são corrigidos pela Ufir, que tem como base a inflação passada, em breve as empresas começarão a cobrar tratamento igual.

O Plano Real simplesmente desaba se a sociedade voltar a pensar na indexação como algo normal, voltando a cultivar a cultura inflacionária.

Hoje, os salários são corri-

dos pelo IPC-r. Já os preços não estão oficialmente indexados, mas os repasses dos aumentos salariais começam a vincular preços à inflação passada.

Os impostos estão indexados à Unidade Fiscal de Referência (Ufir), que, por sua vez, reflete o comportamento dos preços medido pelo Índice de Preços ao Consumidor — Série Especial. Ou seja, a Ufir também está indexada à inflação passada.

Já os contratos financeiros estão indexados à Taxa Referencial (TR), que embute uma expectativa de inflação. Além disso a TR é usada fora do mercado financeiro, gerando distorções. Taxa de condomínios é um exemplo.

Em períodos de inflação acelerada, empresas e profissionais autônomos se valem de indexadores informais para proteger ou aumentar suas margens de lucro. Antes do Plano Real, o percentual de reajuste dos combustíveis era utilizado como indexador.